

## Coluna do Castello

## A história do golpe que não houve (II)

O discurso surpreendeu alguns, assustou outros mas não foi inteiramente compreendido pelas duas dezenas de lideranças do PMDB reunidas pelo deputado Ulysses Guimarães em sua casa em Brasília na noite de quarta-feira, dia 16. Da seleta platéia, à exceção, talvez, do senador José Richa, somente Ulysses detinha informações confiáveis sobre o risco da materialização do fantasma do golpe militar caso a Constituinte aprovasse o parlamentarismo com quatro anos para o presidente José Sarney.

"Não podemos decidir nada nem adotar um rumo sob o império do medo", observou Ulysses ao abrir, informalmente, a reunião. "Também não podemos ser temerários. Já vivemos muitas dificuldades e enfrentamos muitas coisas". Em seguida, comentou a delicadeza do momento vivido pelo PMDB na Constituinte e arrematou seu discurso subindo de tom: "Se tivermos que ser presos, que sejamos. Se tivermos que ser mortos, muito bem. Mas que nos arrisquemos a tudo isso de forma consciente".

Ulysses vinha colecionando, há mais de um mês e meio, indícios sobre a oposição dos militares à mudança do sistema de governo e à redução do mandato de Sarney. Alguns desses indícios foram oferecidos, publicamente, pelos ministros militares. Outros, aos quais Ulysses emprestou uma maior relevância, em conversas privadas — várias delas travadas por políticos de fora e de dentro do PMDB. No final de fevereiro, por exemplo, um dos líderes do 'Centro' almoçou e conversou sozinho com Sarney.

Saiu do Palácio da Alvorada espantado com o que ouviu. "Não deixarei o governo desmoralizado", prometeu o presidente. "Se for o caso, sairei metido num tanque atirando". Sarney aconselhou o político a colaborar para a criação de um impasse na Constituinte. "Criem o impasse, o buraco negro", pediu. Foi também no final de fevereiro que o ministro Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, recebeu em seu gabinete a visita de dois deputados do PFL.

A eles, o general fez um alerta: se a Constituinte marcasse para novembro próximo as eleições presidenciais, "as consequências seriam imprevisíveis". O ministro repetiu seu alerta em encontro com o deputado José Egreja, do PTB paulista. "Nunca os ministros militares estiveram tão unidos como hoje", garantiu. "Não queremos dar golpe nenhum. Mas se a situação chegar a caos, não iremos nos omitir". E concluiu: "Egreja, você pode dizer isso a seus colegas constituintes".

Egreja disse a alguns deles. A Sarney, dois dias antes da reunião promovida por Ulysses com as lideranças do PMDB, o ministro tornou a dizer que o presidencialismo teria que ser mantido com o mandato de cinco anos e que se a Constituinte decidisse de forma diferente os militares seriam obrigados a mais uma vez intervir. O encontro de Leônidas com Sarney foi testemunhado pelo general Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

Com o ministro do Exército já estivesse, na semana anterior, o empresário Antônio Ermírio de Moraes, à procura de informações sobre o quadro político. Antônio Ermírio conversou, também, com o ministro Henrique Sabóia, da Marinha. "Se a nova Constituição sair como está, no dia seguinte fecharei minhas empresas", disse Antônio Ermírio ao ministro. A inúmeros chefes militares, em Brasília e em outras cidades, empresários poderosos disseram a mesma coisa e sugeriram uma nova intervenção.

De janeiro para cá, o ex-presidente Ernesto Geisel foi procurado por líderes empresariais com a oferta de que encabeçassem um movimento militar para impedir as diretas em novembro e a confecção de uma Constituição de esquerda. Nesse período, o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Mário Amato, esteve com Geisel, pelo menos, três vezes. Uma vez esteve o empresário Azevedo Antunes, preocupado com a radicalização do processo político.

O empresário de maior peso que visitou Geisel foi o presidente da Autolatina, Wolfgang Sauer. Sugeriu ao ex-presidente o mesmo que sugeriram Amato e Abraam Szajzman, presidente da Federação do Comércio de São Paulo. E como fizera Antônio Ermírio em encontro como ministro da Marinha, ameaçou: "Se não acontecer alguma coisa, fecho a Autolatina e vou embora". Geisel descartou em todos os seus encontros a possibilidade de liderar ou de contribuir para uma intervenção militar.

Negou-se, também, no último domingo, a contribuir para que fosse aceita nos meios militares a fórmula do parlamentarismo com cinco anos imaginada pelos líderes do PMDB reunidos por Ulysses. Foi o empresário e senador Albano Franco quem subiu a serra para Teresópolis, onde mora Geisel, levando a fórmula avalizada por Ulysses. Naquele mesmo dia, Ulysses voou para o Rio de Janeiro onde juntou com o jornalista Roberto Marinho. Retornou a Brasília com a recusa de Marinho de apoiar a fórmula.

Ainda no domingo, o ex-deputado Thales Ramalho, assessor especial de Sarney, desembarcou em São Paulo para torpedear uma possível adesão dos empresários ao parlamentarismo com cinco anos. Foi bem sucedido. A decisão da Constituinte na última terça-feira exorcizou o fantasma do golpe que perambulou nos últimos 60 dias pelo eixo Rio-São Paulo-Brasília.

Ricardo Noblat (interino)

## Sarney forma bloco e faz plano de emergência

Villas-Bôas Corrêa

A articulação imediata de um bloco superpartidário de apoio ao governo e a um projeto de emergência, duro e amargo, para recuperação do país — que será submetido a sua prévia aprovação — é a primeira e mais importante das decisões assentadas pelo presidente José Sarney, para dar consequência às vitórias obtidas na Constituinte com a definição do sistema presidencialista e do mandato presidencial de cinco anos.

O bloco, a ser formalizado logo depois da Semana Santa, será dirigido por um colegiado com o qual Sarney se entenderá diretamente, ignorando as direções partidárias e as suas lideranças. O presidente pretende solenizar a constituição do bloco em reunião a ser convocada no menor prazo possível. A ela o presidente comparecerá para propor ao debate e aprovação o projeto de emergência, com medidas econômicas, administrativas e sociais.

**Eleições** — "Este ano não haveria eleições." A frase curta, com a sua carga de riscos superados e que deixa transparecer um fundo de advertência que foi atendida, é proferida, sem nenhuma ênfase, por um presidente Sarney jovial, descontraído, loquaz e aliviado. E, ao mesmo tempo, a revelar uma firme determinação de virar páginas frustrantes de três anos de governo hesitante e contraditório e imprimir um novo estilo aos dois anos finais, assegurados com a certeza plena e confiante da confirmação pela Constituinte, nas Disposições Transitórias, dos cinco anos de seu mandato.

Um Sarney liberto da tutela do PMDB, que afinal rompeu as últimas ligações com o partido que o abandonou.

Confirma a impressão de um presidente que, enfim, assume plenamente o governo, para enfrentar o duro desafio de vencer uma crise abrangente e realizar ou iniciar as mudanças e reformas prometidas e sempre proteladas. Com uma ressalva:

— Não se assume o governo de uma vez. E ainda mais nas circunstâncias que venho enfrentando. Comecei a sentir que estava tomando posse plena da Presidência quando se desfez a Aliança Democrática. O passo seguinte foi a afirmação de independência ante os partidos. Agora, o quadro é outro. Completamente diferente.

Na avaliação das diferenças, o presidente chega às justificativas da determinação de compor o bloco superpartidário para montar o seu instrumento de atuação parlamentar e atingir os resultados

## Fica no governo quem se ajustar

O governo, em todos os seus escalões, terá que se ajustar ao novo estilo. Começou o governo de Sarney, acabou o governo do PMDB. Assim se enquadram as intenções presidenciais na reestruturação da casa. A principal pelos ministros. Sarney não confirma a disposição de reformar parcialmente o ministério. Muito menos pelas razões menores de um impulso de desforra contra os *ulyssistas*.

Os ministros que desejarem, que não se ajustarem ao governo de Sarney, deverão tomar a iniciativa de pedir demissão. Não constrangerá ministros a uma permanência desconfortável. Precisa de uma equipe afinada com a sua liderança.

Essa será a orientação para uma escovadela no governo de cima a baixo. Sarney não deseja mais ser contestado por setores do segundo e terceiro escalão que ignoram determinações e descumprem ordens porque na verdade estão no governo mas são contra ele. (VBC)

## Albano quer ação em vez de "lamúrias"

BRASÍLIA — O senador Albano Franco pediu ao presidente Sarney, em discurso no Senado, que deixe de "lamúrias e lamentos" e execute imediatamente um programa de emergência para estabilizar a economia e possibilitar a volta dos investimentos. Falando em nome dos empresários, disse que a Constituinte, ao aprovar o presidencialismo com cinco anos, "deu um voto de confiança ao presidente Sarney", que deverá adotar o plano já, e não daqui a dois meses, quando será decidida a duração de seu mandato.

Ele também cobrou do governo apoio ao esforço do empresariado para alterar no segundo turno de votação o capítulo dos direitos sociais da Constituinte. O senador, também presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco, discursou durante vinte minutos da sessão matutina do Senado. Reconheceu que ao votar pelo sistema presidencialista e pelo mandato de cinco anos, contrariou "boa parte do povo" e disse esperar que o presidente Sarney lhe forneça os elementos para demonstrar ao povo que esse voto "não foi em vão".

Por uma hora e meia o senador permaneceu na tribuna, sendo apertado por quatorze dos vinte e cinco senadores presentes. No momento mais tenso dos debates, assumiu a defesa do presidente da Fiesp, Mário Amato, criticado pelo senador Jamil Haddad (PSB-RJ) por ter proposto um golpe de estado ao ex-presidente Ernesto Geisel, conforme denúncia do JORNAL DO BRASIL. Haddad buscou denunciar as contradições do presidente da Fiesp — "ontem a favor dos quatro anos e hoje a favor dos cinco, ontem a favor do regime democrático e hoje a favor de golpes" — e estranhou que Amato fale em nome do empresaria-



Sarney quer virar a página de três anos de frustração

que precisam ser alcançados a prazo médio.

O PMDB, com o peso de partido majoritário, bloqueou o seu acesso a um entendimento com a Constituinte. Sentindo-se dono do governo, na verdade passou a patrulhar o presidente da República. Os ministros eram do PMDB e não do presidente. Chegando aos extremos de promover verdadeiras reuniões ministeriais na residência do presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, para a aprovação de medidas de governo que só depois eram comunicadas a Sarney como fatos consumados. Foi assim com o plano econômico do ex-ministro Bresser Pereira. Além de desligado de compromissos com o governo, o PMDB atingiu à perfeição de ser, ao mesmo tempo, o partido dono do poder e oposição. O governo foi sendo acudado por um partido sem unidade e que se recusava aos deveres da solidariedade.

**Bloco e programa** — Essa é uma fase encerrada. Ponto final com a revelação de que o governo, abandonado pelo PMDB que com ele rompeu, conta com uma sólida maioria na Constituinte. Essa maioria é que será — e já —

## Recuperação só em 1989

É evidente o desagravo de Sarney em admitir que o governo teve que optar por medidas impopulares e que o restante do ano promete dificuldades em todas as áreas.

Desde a delicadeza da operação de montagem de um bloco de apoio ao governo à necessidade de liberá-lo para revisão cuidadosa do texto constitucional aprovado na primeira votação, para escolmá-lo de excessos, imperfeições. Até mesmo para aperfeiçoar a redação descuidada e defeituosa.

As doses amargas deste ano devem produzir resultados em 1989. A resposta a providências heróicas, há muito reclamadas e inviabilizadas pelas contradições da sua precária base parlamentar, restabelecerão condições para a realização de eleições presidenciais diretas em 1989,

consolidada num bloco superpartidário.

Sarney assinala que não hostilizará partidos. E nem cogita da formação de novo partido governista. Simplesmente o governo se ajusta a uma realidade, curva-se à evidência de que a Constituinte funciona acima das legendas, através de grupos pluripartidários. Certo de que pode preservar a maioria que detidido com ele identificada em votações decisivas os pontos políticos polêmicos da futura Constituição, Sarney oficializará o bloco, somando tudo que se proponha a sustentar o governo e apoiar um projeto de emergência, esboçado mas não concluído. O governo sabe onde precisa chegar. Ainda examina alternativas. Em uma semana, o bloco e o projeto devem estar prontos. Um depende do outro.

Imagina Sarney que o bloco, dirigido por um colegiado de líderes, represente um instrumento flexível e confiável, com o qual se entenderá diretamente, dispensando os intermediários clássicos das direções dos partidos e suas lideranças. Inclusive, e principalmente, do PMDB, o ímã dos ressentimentos e queixas de Sarney, responsabilizado pelas atribulações políticas do governo tolhido, vigiado, submetido a torturante tutela.

no fecho da transição democrática, que é o seu compromisso maior, obstinado e permanente.

Ganhar tempo para aliviar crises e contorná-las justificam a mobilização do governo, o seu engajamento para garantir a aprovação do presidencialismo e de cinco anos de mandato.

Se a Constituinte tivesse contrariado os superiores interesse do país e embarcado o projeto de transição, o impasse institucional seria inevitável, com todas as suas graves repercussões. Sarney não desce a minúncias, não detalha os riscos superados. Mas, para bom entendimento, tudo se depreende de uma frase, afirmada e repetida:

— Este ano não haveria eleições. (VBC).



Albano Franco

do paulista, "que é o maior empresariado e que mais emprego dá neste país".

**Camões** — Albano Franco disse desconhecer a denúncia que envolve o presidente da Fiesp, afirmando não ter dúvidas "de que o companheiro Mário Amato terá de desmentir-las". O senador acrescentou que nunca ouviu proposta de golpe por parte de Amato e pediu a inclusão nos anais do Senado de seu depoimento sobre o interesse permanente do presidente da Fiesp pelo entendimento amplo sobre os temas polêmicos da Constituinte.

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) citou Camões — "o fraco rei torna fraca a forte gente" — e disse que o presidente da CNI, era a "forte gente" que pede ao rei "que com

ânimo recupere o caminho e retome o rumo".

No seu pronunciamento, Franco não poupou o presidente Sarney. Dois anos de mandato são tempo suficiente para acertar a economia, disse. Franco lembrou que o presidente "agora não tem mais desculpas" para deixar de agir, já que acabou o incômodo da indefinição sobre o sistema de governo e o mandato presidencial — frequentemente alegado pelo Palácio do Planalto para justificar a crise econômica.

**Desafio** — O senador estranhou que até o momento o presidente Sarney não tenha convocado as lideranças econômicas para expor e discutir o plano. Pediu "muito mais ação" ao governo e abandonou o tom cerimonioso para fazer um desafio ao presidente: "Agora é a sua vez de mostrar serviço", disse. Albano lamentou ainda que o governo tenha perdido "muito tempo e extraordinárias oportunidades para proteger a economia de mercado e o próprio setor estatal".

Neste ponto, o senador convocou o governo a participar conjuntamente com o empresariado nas pressões para a revisão do capítulo da ordem econômica da Constituinte. Na votação de primeiro turno, esse capítulo estabeleceu uma série de vantagens trabalhistas que o presidente da CNI considera de "impacto devastador", inclusive para as empresas estatais. Albano Franco exemplificou citando dispositivo que concede o turno de seis horas para as empresas que operam em horário corrido. Lembrou as perdas que a indústria de base — estatal em sua maioria — terá com o novo sistema e pediu mais interesse do governo neste tipo de luta "muito mais importante do que o próprio sistema e o mandato presidencial", afirmou o senador.

Você viu o coelhão por aí?

Fique ligado e ganhe muitos prêmios. Mais uma superpromoção Rádio Cidade.

AQUARELA DO BRASIL AMERICAS VELHO MUNDO ORIENTE-SE

JORNAL DO BRASIL Turismo

